

A greve paulistana de 1917 e suas repercussões no operariado catarinense

Guilherme Custódio Jorge

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

guimakoto@hotmail.com

Resumo: A greve paulistana de 1917 aconteceu em um daqueles momentos em que a situação econômica influi significativamente sobre os ânimos dos integrantes das camadas mais baixas. Este trabalho procura elucidar o comportamento do operariado catarinense diante das mobilizações nacionais dos trabalhadores, cansados de uma situação de exploração pelos industriários e comerciantes. Industriários e o governo forçavam situações de trabalho excessivo para impulsionar o seu crescimento financeiro, enquanto não havia entraves econômicos que diminuíssem a demanda de seu produto. Sem muito o que fazer, o trabalhador sai nas ruas de várias cidades brasileiras reivindicando seus direitos básicos de vida e estabelecendo os primeiros códigos que regiam o trabalho. Das necessidades do trabalhador das primeiras indústrias, o Estado e o patrão criaram uma infinidade de estratégias sutis e violentas que visavam controlar os impulsos do operário. Limitado a viver sem direito a aspirações além de sua própria sobrevivência. Situação crítica que tomou diferentes formas, de acordo com o estado e a cidade que a vivia.

Palavras-chave: Greve de 1917; Operários; Santa Catarina; Carestia de vida

Title: São Paulo`s strike of 1917 and the repercussions over Santa Catarina workers

Abstract: This article aims to analyse the repercussion over Santa Catarina industrial workers of the news about the intense strikes of 1917 that occurred in São Paulo State.

Este trabalho foi elaborado como conclusão da disciplina de História de Santa Catarina. No início, devido a poucas informações e a referências bibliográficas escassas, a pesquisa se tornou muito difícil. Cheguei a achar que não houvesse nenhuma repercussão da greve paulistana de 1917 no estado de Santa Catarina, mas graças a alguns recortes de jornais, os livros que ocultavam essa informação foram fazendo sentido e, aos poucos, descobri que as atitudes do operariado



catarinense foram diferentes de acordo com a região abordada e a situação econômica em que eles se encontravam no período.

Com o início das imigrações de europeus para o Brasil em 1860, como forma de substituição da mão-de-obra escrava, quebra-se o cordão de isolamento cultural que havia muito tempo fazia do nosso país o último a se desenvolver política e socialmente, na América Latina. Muitas ideologias que até então eram desconhecidas, ou exclusividade dos filhos da elite letrada, passam a ser debatidas nas ruas entre trabalhadores rurais, operários do meio urbano e, principalmente, entre os positivistas em busca de ascensão. Junto com muitos argumentos válidos à nossa evolução como nação, também vieram conceitos de superioridade branca e evolução econômica acima de qualquer respeito ao ser humano. Até o ano de 1902, a imigração era feita livremente e em grandes contingentes com a ajuda dos governos de origem e as propagandas pró-imigração, que com o tempo foram consideradas enganosas, pois ocultavam a realidade da exploração do trabalho dos imigrantes. Como forma de os países pouparem seus cidadãos, resolveram enviar ao Brasil os trabalhadores que geravam conflitos nas ruas européias e faziam parte das massas de reserva ociosa de mão-de-obra. Nesse momento histórico, chegavam ao Brasil os “elementos radicais” geralmente participantes de sindicatos, partidos socialistas, comunistas e anarquistas. Italianos, alemães, poloneses e espanhóis em busca de melhores condições de vida e, posteriormente, para fugir da guerra.

A partir de 1901, em São Paulo há inúmeras tentativas de mobilização do operariado e a criação das primeiras associações e comitês de trabalhadores. Algumas publicações de cunho anarquista e socialista começam a surgir nesse novo cenário e uma violenta onda de repressão contra a esquerda inicia-se nas capitais. Após 1905, surge a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Confederação Operária Brasileira (COB), que funcionam até o ano de 1909 como organismos de aglutinação e organização do operário brasileiro. Como resultado de seu funcionamento breve, podemos ver a promulgação de algumas leis de regulamentação das organizações trabalhistas, como a obrigatoriedade do registro em cartório das diretorias sindicais e um decreto que possibilitava a expulsão¹ de estrangeiros com menos de dois anos de residência no Brasil que ameaçassem a ordem pública.

Em 1912, com a instalação dos primeiros geradores elétricos, a indústria nacional nas principais capitais ganhou novo impulso. Mas com a eletricidade, veio também o aumento indiscriminado das cargas horárias de trabalho e da exploração da mão-de-obra, além do uso

¹ Foram 132 expulsões em 1907.



extensivo do trabalho de mulheres e crianças nas fábricas, que se sujeitavam a trabalhar por salários menores que os homens adultos. As máquinas excluía o conhecimento técnico do trabalho e usavam cada vez menos trabalhadores com experiência. Funcionavam em turnos ininterruptos e um trabalhador podia chegar a acumular 14 horas de trabalho diário controladas e cronometradas por supervisores, que não poderiam permitir que o trabalhador produzisse menos que a média calculada.

Além da carga horária, outros problemas foram se tornando mais visíveis e insuportáveis com a evolução das indústrias e a proximidade da guerra. A dificuldade européia em encontrar alguns tipos de alimentos como o trigo, o açúcar, arroz e outros encareceu seus preços internacionalmente. Os jornais brasileiros apresentavam muitas reclamações ligadas ao custo de vida, ou “carestia de vida”, termo usado no período. Referiam-se ao alto preço dos produtos de primeira necessidade, assim como dos aluguéis, e a constante prática de adulteração de gêneros alimentícios. Em São Paulo, antes que pudesse ocorrer qualquer conflito com os operários, alguns membros da elite e do governo já demonstravam certa preocupação com a causa dos trabalhadores e vemos uma predisposição dos jornalistas a defender pelo menos os 20% de aumento nos salários mais baixos. Alguns industriários ainda não enxergavam o perigo de não conceder melhorias reais à vida dos operários, o que durante o período de 1911 a 1914 gerou diversas pequenas paralisações que culminaram com a volta oficial do COB em um grande comício organizado na cidade de São Paulo em 1913.

A ameaça de uma classe organizada que se manifestava violentamente e dava os sinais do que seria julho de 1917 fez com que a elite republicana exigisse uma posição do estado a favor dos operários: “Que se dê pressa em funcionar frutuamente os empenhos para acudir aos justos reclamos do operariado, se não quiser que amanhã, em vez de uma greve geral, estale em São Paulo uma verdadeira revolução com todo o cortejo sinistro das rebeliões²”. Em São Paulo e no Rio, houve uma intensificação das atividades anarquistas e anarcossindicalistas: vemos nesse período a formação do Centro Libertário em São Paulo e inúmeras reuniões anarquistas em várias partes do mundo com o intuito de se unirem. Planos frustrados com a proximidade da declaração mundial de guerra aos alemães, que acabou gerando um sentimento de repúdio a idéias estrangeiras no Brasil e a idéias “antipatrióticas” no mundo. O estado se encarregou de fazer sua parte no crescimento desse repúdio através de uma propaganda intensa que caracterizava anarquistas e comunistas como pessoas “despatriotizadas” e ligadas a um inimigo estrangeiro

² A OPINIÃO, Florianópolis, 27 jul. 1917.



comum a todos os partidários da democracia.

Em São Paulo, no dia 1º de maio foi realizado, pelo jornal anarquista *A Rebelião*, um seminário para debater o problema do operariado nacional e, nos meses de junho e julho, aconteceram outras conferências anarquistas. A partir de 1915, com o intuito de tentar impedir a guerra, foram realizados alguns comícios e protestos, preocupados também com o crescente aumento dos preços, que atingiam naquele ano suas altas mais significativas. O açúcar, por exemplo, de 19,5 mil réis em 1915 (o saco com 60 kg) passou a custar 39,8 mil réis em 1917. A farinha de mandioca, de 9,5 mil réis, passou para 13 mil réis, nesses mesmos anos. Os preços tinham aumentado de 20% a 150% em menos de três anos. A situação chegara ao seu limite em 1916, quando os preços dispararam e alguns artigos se tornaram luxo para o povo. O couro, por exemplo, se tornou escasso, o trigo muito caro e os tecidos custavam três vezes mais que o seu preço normal.

Em junho de 1915, havia paralisações em toda São Paulo e tentativas de se mobilizar uma greve geral. Nos panfletos entregues nas ruas, lia-se: “A fome está batendo às portas das casas dos operários [...] é preciso que o povo aja com energia”³. A primeira paralisação com a participação maciça do povo aconteceu em 1917, iniciada pelos motoristas da capital e alguns funcionários de cafés, e com o tempo ganhou o reforço de funcionários de restaurantes, bares e os tipógrafos, que aderiram à greve no dia 27 de julho de 1917. Seus organizadores, anarquistas na grande maioria, queriam uma greve não pacífica com cara de revolução devido aos anos em que sofriam com os mesmos problemas e nada havia mudado até então.

Apesar das preocupações e das promessas da polícia em não repreender as manifestações, os ânimos estavam alterados e em alguns comícios os oradores incitavam os grevistas a atacá-la. O chefe da polícia de São Paulo, Tirso Martins, proibiu as aglomerações e reuniões de trabalhadores, e em maio de 1917 cerca de 2,5 mil pessoas, contrariando as ordens, se deslocaram para diversas fábricas tentando interromper o funcionamento das máquinas. Houve uma série de conflitos com a polícia e diversas pessoas dos dois lados ficaram feridas. Em Santa Catarina, no jornal *O Estado*, em referência às notícias do Rio de Janeiro, aparecia a preocupação com as possíveis repercussões no estado: “Continua aqui, com grande intensidade, a greve dos operários [...]. Ontem percorreram diversas ruas, vivendo a liberdade [...] seguiam no meio muitas mulheres, levando crianças”⁴. O movimento chegou ao seu auge, alastrando-se pelo interior e outros estados. Novas ameaças são

³ DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. 1900-1935. Trad. César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 47.

⁴ **O ESTADO**, Florianópolis, 25 jul. 1917.



lançadas através dos jornais: “A polícia não consentirá os agrupamentos de desordeiros”, ou “A polícia proíbe manifestações sediosas nas ruas da cidade, e aconselha aos operários pacíficos que se conservem dentro da ordem e que não queiram forçar seus companheiros a abandonar o trabalho”.⁵

Acontecimentos que teriam aumentado as repercussões da greve, como a morte do sapateiro Antônio Martinez ou o confronto com policiais no cotonifício Crespi⁶, nada significam no imaginário do trabalhador que havia vários anos agüentava a fome, a exploração de seus filhos e mulheres e a preferência dos industriários ao trabalhador desqualificado e mais barato. Como seria possível pensarmos que um incidente, como a morte de um indivíduo, poderia desencadear tamanha fúria da população? Quando vemos um emaranhado de situações como 40 mortes nos pequenos conflitos anteriores, espancamentos, fome, despejos e abusos de mulheres e crianças – o que parece muito mais significativo que uma data ou um acontecimento-estopim. Houve, sim, uma intensificação dos confrontos e uma tentativa dos grevistas de sensibilizar outros estados para a causa operária.

Para os grevistas, pequenas melhorias não bastavam, eles pediam uma reestruturação completa da indústria brasileira nos moldes de teóricos anarquistas⁷. No dia 11 de julho, no cortejo fúnebre de Antônio Martinez em passagem pelo centro de São Paulo, “sob um silêncio impressionante, que assumiu aspecto de advertência”⁸, e em meio a discursos emocionados e prantos, o povo exigia o direito de fazer reuniões sem a vigilância do estado. Finalmente, a polícia mostra qual sua verdadeira função e, deixando de lado o diálogo, intensifica ainda mais a repressão contra as movimentações operárias. Nos jornais lê-se: “A polícia está agindo com toda energia contra os desordeiros contumazes e contra os anarquistas que há dias vêm atentando contra a ordem pública”⁹. Comícios eram dissolvidos a tiros, mulheres e crianças eram atingidas em meio aos conflitos, que a essa altura contavam com elementos armados em ambos os lados.

No ápice das manifestações¹⁰, os grevistas já estavam marchando com o contingente de 20 mil pessoas, quando finalmente, pela pressão, o diálogo se fez obrigatório. Os jornalistas paulistas se uniram para organizar uma audiência com o Comitê de Defesa Proletária no intuito de negociar em nome dos industriários e do governo as reivindicações operárias. Que eram: jornada de

⁵ *Ibidem*.

⁶ Localizado no bairro da Moóca, em São Paulo.

⁷ Kropotkin e Bakunin.

⁸ DULLES, *op. cit.*, p. 5.

⁹ *Ibidem*, p. 53.

¹⁰ No dia 12 de julho de 1917.



trabalho de oito horas; aumento de salários de 15% a 20%; trabalho de mulheres e crianças de no máximo seis horas; diminuição dos preços dos alimentos e de primeiras necessidades; evitar o monopólio do preço do açúcar; garantir o preço baixo da carne; criar mercados nos bairros operários com a venda direta do produtor; venda do pão com o preço controlado e fixado semanalmente; diminuição dos aluguéis; obrigar a Companhia Light & Power¹¹ a abaixar os preços do transporte público.

Houve o compromisso do próprio governador em atender a todas as reivindicações e libertar os operários que haviam sido presos durante os primeiros conflitos. Em contrapartida, o Comitê de Defesa do Proletariado deveria aceitar “tudo quanto o comitê de jornalistas conseguia dos industriários e do governo”¹². As reivindicações foram sendo atendidas de acordo com a disponibilidade econômica dos patrões, e a insatisfação dos trabalhadores continuou a dar seus sinais durante anos após o término “oficial” dos conflitos. Houve sob a fumaça da guerra várias medidas repressivas aos líderes da greve, como sua deportação e o fechamento dos órgãos de representatividade operária.

Levando em consideração que em Santa Catarina, na época abordada, apenas as cidades de Criciúma, Joinville, Blumenau e Brusque eram significativamente industrializadas, e que encontramos no estado um posicionamento conservador que dificulta qualquer pesquisa de movimentos sociais da esquerda, apresentarei as peculiaridades catarinenses. O que há disponível, para a pesquisa, são obras que enaltecem os pioneiros do estado e grande nomes políticos: “Boa parte do conhecimento histórico sobre as diversas regiões só pode ser obtido em obras com esse tipo de orientação metodológica”¹³. Portanto, me concentrarei nas cidades onde foi possível encontrar fontes que retratassem a vida e a situação de um operariado catarinense.

Os problemas do trabalhador catarinense eram diferentes, afinal estamos falando de uma estrutura municipal de pequenas colônias agrícolas. Aproximadamente em 1860, com a chegada dos primeiros imigrantes, essas propriedades foram formadas com terras doadas pelo estado com extensões que variam de 20 a 25 hectares. As principais nacionalidades que aqui vieram se estabelecer foram de alemães, poloneses, russos, tirolezes, italianos e portugueses. Analisando os números, vemos uma maioria de imigrantes portugueses, com 39,6%; italianos, com 27,3%; alemães, 8,3%; poloneses, 2,7%; e 1,4% de espanhóis. As demais nacionalidades não representam mais de 1%.

¹¹ Empresa que explorava a circulação de bondes em São Paulo e no Rio de Janeiro.

¹² **O ESTADO**, Florianópolis, 17 jul. 1917.

¹³ WOLFF, Cristina S. *Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate*. Florianópolis: **Revista Catarinense de História**, n 3, 1994, p. 5-15.



Os imigrantes acabavam buscando novas fontes de renda, pois com pequenas porções de terra conseguiam plantar e criar animais apenas para a própria alimentação. Faltava dinheiro para melhorias orçamentárias como a compra de novas parcelas de terra, animais e a construção de casas para seus filhos recém-casados. A instalação das primeiras indústrias de Santa Catarina fazem surgir uma nova fonte de renda para esses colonos e vemos grande parte deles se aventurando a trabalhar nas fábricas de tecido, carvoeiras, olarias, cerâmicas e outras indústrias ainda consideradas artesanais. Executando uma dupla jornada de trabalho, no campo e na fábrica, o trabalhador catarinense está em outro contexto de reivindicações. Existia também o problema do preço dos alimentos e dos aluguéis, mas o colono que trabalha nas fábricas geralmente dedica uma parcela de seu tempo para cultivar alimentos para sua sobrevivência, o que amenizava o encarecimento dos gêneros alimentícios e, quando havia excedente da produção, era vendido a pequenos comerciantes. Para os autores que analisaram essa situação, “uma família não poderia sobreviver satisfatoriamente apenas com os salários pagos pela indústria. O empenho no trabalho agrícola é, sobretudo, uma economia substancial com os gastos da alimentação”¹⁴. Essa pequena propriedade rural era uma empresa familiar administrada pelo pai, em que parte dos filhos trabalhava nas fábricas e outra na agricultura.

Os colonos amavam o trabalho na terra, apesar de considerá-lo mais intenso que o da fábrica. Por isso, não consideravam uma carga excessiva o período de 12 a 14 horas que desempenhavam; para eles, “o serviço da fábrica, cuidar de tear, fazer pano, carregar fardos, não é nada perto de capinar, arar a terra, secar fumo [...]”¹⁵. Foram criados para o trabalho e sua única infelicidade era a impossibilidade de crescimento financeiro, que, para o colono, significa o aumento de sua propriedade rural.

Os pequenos comerciantes que compravam os excedentes da produção do colono acumularam capital suficiente para investir na pequena indústria. Compravam máquinas européias ultrapassadas que, no caso da indústria têxtil, eram importadas da Inglaterra com a ajuda financeira de parentes na Europa ou de instituições de crédito internacional. As indústrias tornavam-se familiares, pois o industrial empregava seus parentes e mandava recursos para que outros familiares pudessem vir para o país.

Santa Catarina atravessou o mesmo período tortuoso das greves brasileiras com mais tranqüilidade. Apenas um foco de mobilização operária foi identificado na cidade de Joinville.

¹⁴ SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): Os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite. (org.) **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, , p. 113.

¹⁵ *Ibidem*, p. 110.



Houve paralisações em todas as áreas de trabalho da cidade, desde a indústria têxtil até trabalhadores de estabelecimentos comerciais. A greve durou três dias e tentou-se mobilizar outras cidades catarinenses, mas houve uma forte repressão da polícia. Os operários já estavam se reunindo desde o dia 1º maio de 1917 em Santa Catarina, com reclamações sobre os preços dos alimentos e dos aluguéis. No dia 2 de maio, houve uma série de comícios contra a possível declaração mundial de guerra. Os jornalistas catarinenses, assim como os paulistas, se propõem a negociar com ambas as partes envolvidas, pedindo urgência em se tomar medidas para conter os trabalhadores e atender às suas reivindicações. “A greve é geral. As privações que o modesto operário, o humilde trabalhador vem suportando nestes dois últimos anos, são causas diretas dessa grave luta que se está travando.”¹⁶ Uma declaração colhida em um panfleto da Sociedade Operária Joinvillense dizia que o salário do operário “nem ao menos é suficiente para acudir às primeiras necessidades do lar”. Os operários e jornalistas organizaram uma comissão para negociar os termos para o retorno ao trabalho. Reivindicavam o mesmo aumento de 20% em seus salários. Nas primeiras reuniões, vê-se um contingente de 800 operários para uma cidade de 27.200 pessoas.

Os operários, tentando evitar maiores conflitos, diziam não quer “entrar em divergência com os patrões, mas não podiam deixar de proclamar que muitos deles os têm tratado com muita desumanidade e desprezo”¹⁷. Apesar de a maioria dos patrões terem concordado com os aumentos, os operários, segundo os jornais da época, continuavam em greve: “A classe quer a greve seja como for”¹⁸. Provavelmente impulsionados pelas informações que chegavam das organizações operárias paulistas, que sofriam com a repressão policial e o descaso das autoridades para com suas reivindicações.

Há um “corredor dos tecidos” em Santa Catarina que abrange as cidades de Blumenau, com 72.213 habitantes, Joinville, com 27.200, e Brusque, com 16.000. São cidades em desenvolvimento que, nesse período, estão em expansão populacional, de suas indústrias e uma melhor estruturação de suas cidades. No início essa pequena indústria funcionava com máquinas inglesas, ultrapassadas internacionalmente, mas suficientes para essa indústria sem muito capital para investir. Produziam tecidos rudimentares e consumidos na própria região.

Antes que os conflitos acontecessem, o estado catarinense e industriais providenciaram melhorias nos sistemas de segurança das fábricas¹⁹ e garantiram reforços às forças policiais das cidades onde havia a possibilidade de paralisações. Lemos nos jornais da região o

¹⁶ **A COMARCA**, Joinville, 29 jul. 1917.

¹⁷ *Ibidem*, 5 jul. 1919.

¹⁸ **O DIA, Florianópolis**, 29 jul. 1917.

¹⁹ Implementação da guarda noturna em Florianópolis a partir de janeiro de 1917.



acompanhamento dos acontecimentos do Rio e São Paulo e alguns alertas aos industriais catarinenses para um possível conflito mais intenso, devido à violência entre policiais e operários em São Paulo.

O operariado, acochado, premido pela miséria, atira-se resoluto contra as baionetas dos soldados, deixa-se espezinhar pelas patas dos cavalos para fugir à tortura da fome. Gritam que há crise. Há para os que trabalham, mas não para os que exploram.²⁰

Os operários catarinenses queixavam-se dos mesmos problemas paulistas. O alto preço dos aluguéis, a falsificação de alimentos, como o leite misturado com água, e os salários abaixo das necessidades básicas de sobrevivência. Essas queixas não eram exclusividade do meio urbano, mas eram agravadas pela falta de perspectiva nas cidades²¹ de conseguir criar um animal ou plantar seu alimento. No depoimento de um trabalhador que gastava duas a quatro horas de seu dia para se deslocar até a fábrica em que trabalhava, ele justifica sua estada no meio rural da seguinte maneira: “Com o alto custo da moradia na cidade e o preço dos alimentos [...] se eu for pagar um aluguel e comprar a comida toda que eu preciso, o salário não chega. Na colônia pelo menos nós tem [sic] casa e comida própria”²².

Em São Paulo, os trabalhadores reivindicavam melhores salários porque todo seu saldo ficava nas mãos de pequenos comerciantes e proprietários de imóveis. Em Santa Catarina, essa realidade era diferente, existia uma série de fatores que amenizavam esse problema. O melhor exemplo disso são as atividades agrícolas, como já comentado, que em vez de paralelas, eram mantidas preferencialmente às atividades industriais. Em sua pequena propriedade, os trabalhadores plantavam milho, café, batata, radicece, assim como outras leguminosas e verduras. As mulheres ainda produziam embutidos, cerveja e vinhos. Com o passar do tempo e a diminuição das propriedades rurais²³, o trabalho nas fábricas foi ganhando um caráter fixo e maior importância para o colono. Assim, houve uma aceleração da proletarização do campesinato.

Existia em Santa Catarina uma série de investimentos do governo federal na área dos transportes²⁴ e na expansão da indústria do carvão. Aumentou-se em muito o número de vagas de emprego nas minas, ferrovias e indústrias, atraindo grande contingente de operários de outros estados, assim como do campo catarinense. Uso para explicar esse momento as palavras do

²⁰ **A OPINIÃO**, Florianópolis, 5 set. 1917.

²¹ Reestruturação sanitária das cidades republicanas em busca de modernização.

²² Depoimento de um colono-operário. *Apud*: SEYFERTH, *op. cit.*, p. 117.

²³ Devido ao sistema de herança, que impossibilitava aos filhos darem continuidade às atividades agrícolas.

²⁴ Expansão de ferrovias.



próprio presidente da República, Washington Luiz, que pede a “intensificação do trabalho de exploração do carvão nacional [...] para atender às necessidades dos países aliados”²⁵, iniciando um período onde o Brasil dedicava suas atividades industriais e agrícolas para apoiar os esforços da Primeira Guerra Mundial. A implementação de estradas de ferro no estado coincidem com esse período, e nas proximidades de 1917 houve a inauguração de dois novos ramais da estrada de ferro Dona Teresa Cristina.²⁶ As estações de trem eram o centro comercial das cidades, onde a população poderia comprar tecidos, provisões e saber das últimas notícias da capital. Em 1919, inaugura-se o ramal de Criciúma²⁷ a Tubarão, e um novo ramal em 1923, de Urussanga.

As cidades catarinenses que contavam com as minas de carvão sofrem menos ainda com os problemas das condições de vida operária. As primeiras minas aparecem em 1914 com uma extração rudimentar para uso regional, importando a sua primeira mão-de-obra de comunidades pesqueiras e agrícolas. As cidades que exploravam o carvão eram Lauro Muller, Nova Veneza, Urussanga, Siderópolis, Araranguá, Içara e Criciúma. Há também cidades que dependem comercialmente das minas, como Tubarão, Capivari de Baixo, Laguna e Imbituba. Funcionavam como portos de escoamento da produção mineira e centros de distribuição e comercialização, seja de alimentos ou do próprio carvão. Os principais centros comerciais dessa região eram Tubarão e Laguna. Esta última tendo grande atividade pesqueira, juntamente com Araranguá.²⁸ Esses municípios formam o que os livros chamam de “região do carvão”, sem ligação geográfica contínua. Só se aglutinam devido a suas relações comerciais.

Em vilas rurais ou industriais²⁹ estabelecidas pelas indústrias catarinenses, o patrão criou mecanismos para controlar seus funcionários; sob sua tutela, inibia qualquer reunião operária sem seu consentimento. A moradia era gratuita e o tamanho da casa³⁰ era relativo ao número de trabalhadores que a família disponibilizava para o trabalho na fábrica. Nessas vilas, havia escolas³¹, farmácias, armazéns, açougues, bares, hotéis e médicos. Todos esses serviços eram de propriedade do dono da fábrica e o pagamento era descontado do salário do trabalhador, que muitas vezes perdia 50% de seu salário com esses serviços – ou, ainda, devido a castigos (multas) por ter participado de alguma briga, por atrasar-se, quebrar ferramentas ou reclamar. Os preços

²⁵ O DIA, Florianópolis, 8 jul. 1917.

²⁶ Ligava os municípios do carvão aos portos do litoral.

²⁷ Maior pólo produtor de carvão, com 70% da concentração de mineiros do estado, descobriu seu carvão em 1913, mas não deu uso à descoberta devido a especulações a respeito de sua baixa qualidade.

²⁸ Primeiro município a explorar industrialmente o carvão, em 1916.

²⁹ Organizadas pela própria fábrica para abrigar seus funcionários.

³⁰ Grande parte delas, no início, era de barro; depois foram construídas de madeira.

³¹ Que possibilitavam a preparação das crianças para o trabalho nas fábricas.



praticados nas vilas eram mais baixos que os de São Paulo e do meio urbano catarinense. As vilas ainda poderiam contar com teatros, bailes³², clubes de futebol ou grandes áreas recreativas no intuito de ocupar o tempo ocioso do trabalhador e mantê-lo longe das cidades, onde se ouviam notícias de mobilizações operárias e reclamações das condições de vida.

Os operários das minas catarinenses ganhavam de 120% a 150% a mais de salário do que outras atividades industriais no país e não tinham motivos para entrar em greve por um reajuste de 20%. No caso da carga horária das minas, o padrão era de cinco horas de trabalho regular, somadas a duas horas de preparação³³ antes do início e ao final do trabalho. Alguns trabalhadores poderiam ficar mais tempo, mas era por escolha própria, pois recebiam hora extra ou comissão por produção.³⁴ A atividade da indústria carbonífera foi iniciada seriamente a partir de 1917, justamente no período de organização trabalhista, e devido a essa expansão não vemos mobilizações ou reclamações dos trabalhadores. Outro fator que colaborou com essa falta de repercussão foi a regulamentação do trabalho infantil e feminino no início dos conflitos, a partir de 17 de julho de 1917. Crianças com menos de 14 anos não poderiam trabalhar nas minas e as mulheres ficavam restritas à função de seleção da pirita³⁵, trabalho executado fora das minas, em um ambiente de trabalho um pouco melhor.

O salário do mineiro, seja semanal ou por produção, vinculava-se ao preço do carvão, e não havia descanso semanal. Em casos raros podemos ver nas folhas de pagamento pessoas que trabalhavam até por 38 dias ininterruptos, mas o normal era 15 dias de trabalho sem descanso. O trabalhador das minas realizava essa atividade por necessidade monetária e provisoriamente; pelos registros das diárias, nota-se que a mesma pessoa muito raramente trabalhava mais que três anos nessa função. Apenas uma parte muito pequena de operários permaneceu nove anos na mesma atividade, sendo esse acontecimento raro e único.

As empresas carboníferas e as estradas de ferro que beneficiavam o comércio do carvão eram financiadas pelo capital inglês e empresas inglesas estabelecidas nas cercanias das minas, e em 1917 faziam o entreposto do carvão para as indústrias nacionais. Eram responsáveis pelo aumento da especulação sobre uma suposta baixa qualidade do carvão catarinense, em benefício do carvão europeu. Fiscais subornados rechaçavam o carvão catarinense, e os jornais se encarregavam de espalhar notícias enganosas. Por volta de junho de 1917, o carvão catarinense venceu em novas pesquisas, que validavam a sua qualidade para uso industrial, e recebeu o apoio

³² Negros e brancos moravam em vilas separadas e tinham bailes separados.

³³ Período usado para se equiparem e descer pelos elevadores.

³⁴ Sistema usado em algumas minas, em vez do salário semanal.

³⁵ Sobra da extração do carvão que não tem valor comercial.



do governador Hercílio Luz, que sobretaxou o carvão inglês. Isso fez com que as minas ganhassem novo fôlego de expansão e impediu que a situação operária se agravasse.

A evolução dessa indústria força pequenos proprietários de terra a abandonarem suas propriedades, pois elas poderiam estar sobre novas áreas de exploração. A crescente expansão das minas a céu aberto precisava cada vez mais de terra e exigia a derrubada de matas, o que modificava constantemente a paisagem rural e urbana. A importação das primeiras máquinas, na indústria mineira, transforma o trabalho deixando-o mais perigoso. Antes, o operário ouvia os estalos das vigas de sustentação antes que caíssem, mas com o barulho ensurdecedor e a poeira da máquina os acidentes se tornam mais frequentes, assim como as doenças respiratórias. As máquinas retiravam o emprego de, em média, 50 trabalhadores por galeria: “Além de dispensar o trabalhador da compreensão global do processo de trabalho, a mecanização tende a multiplicar as ocupações técnicas especializadas, dispensando os trabalhadores do conhecimento e da qualificação”³⁶. O trabalhador era obrigado a ingressar em cursos técnicos que custavam muito e, por isso, os selecionados para cargos técnicos e administrativos eram geralmente os filhos de pequenos comerciantes que podiam pagar os cursos.

Apesar do crescimento das dificuldades da vida operária de uma forma geral, nesse primeiro período de mobilizações nacionais o trabalhador catarinense se mantém fora dos conflitos, e apenas pequenas reuniões foram formadas com o intuito de negociar com os industriais a respeito dos problemas enfrentados no meio urbano. Como já comentei, pediam o mesmo reajuste salarial de 20% a 25%, que foi prontamente atendido.³⁷ Houve também maior controle das feiras públicas onde os alimentos estavam sendo adulterados e vendidos acima do preço. As feiras receberam uma regulamentação imediata que garantia espaços públicos para a venda de alimentos diretamente dos produtores, e o governo se prontificou a fiscalizar constantemente os armazéns para coibir a falsificação de alimentos. Talvez pelos exemplos traumáticos das greves de São Paulo e Rio de Janeiro, em Santa Catarina vemos uma pronta mobilização de industriais e jornalistas para amenizar os ânimos trabalhistas e pedir o fim da exploração cruel da classe trabalhadora.

No dia 2 de agosto de 1917, depois de inúmeras negociações com os operários de Joinville, a situação estava quase normalizada. Acordos foram feitos em todas as cidades onde o operariado se mostrava insatisfeito e pronto a atender o clamor nacional pela greve. No dia 7 de agosto, já se

³⁶ VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana**: os mineiros de Criciúma. Florianópolis: EdUFSC, 1984.

³⁷ Exceto em Joinville, onde a paralisação foi necessária para convencer os proprietários de indústrias.



vêm notícias do fim definitivo das greves e um novo problema surgia na pauta dos jornais: a germanofobia, agravada após a declaração brasileira de guerra contra a Alemanha, em dezembro do mesmo ano. Apesar da aparente resolução dos problemas do operariado catarinense, esse problema retira a atenção dos jornais à causa operária e sepulta de vez qualquer tentativa de restabelecimento das organizações trabalhistas. A guerra travada contra nossos próprios imigrantes permitiu uma repressão intensa aos líderes da greve de julho. Sob o caos da guerra, fica invisível aos olhos do povo a ação contra os indivíduos que se esforçavam para organizar as forças sindicais. Os trabalhadores são explorados mais intensamente do que em qualquer outro período, pois eram convocados a trabalhar pelo bem mundial e a garantia da paz. A causa operária morre no mesmo dia em que o Brasil declara guerra contra a Alemanha.

